

COVID-19: BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ÀS EMPRESAS EM MEIO À PANDEMIA.

No dia 16 de Março de 2020 foi divulgada algumas medidas do governo para minimiza o impacto da pandemia COVID-19. Plano divulgado pelo ministro Paulo Guedes injetará R\$ 147,3 bilhões em três meses.

“A saúde do povo brasileiro está acima e além das disputas políticas”, salientou o ministro Paulo Guedes.

VANTAGENS AOS EMPRESÁRIOS

Quase **R\$ 60 bilhões irão para a manutenção de empregos**, com o governo postergando, por três meses, o prazo que as empresas têm para o pagamento ao FGTS e também a parte referente à parcela da União no Simples Nacional. Durante esse período de três meses, as contribuições devidas ao Sistema S sofrerão redução de 50%.

Para os idosos, a principal medida foi a **antecipação da segunda parcela do 13º salário para o mês de maio**, a ser pago aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A antecipação da primeira parcela para o mês de abril já tinha sido anunciada. Além disso, o governo vai transferir os valores não sacados do PIS/Pasep para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) **para permitir novos saques**.

Ainda com a preocupação de injetar recursos na economia o governo vai **antecipar para junho o pagamento do abono salarial**. Outra medida expande a capacidade de utilização de capital dos bancos para que esses tenham melhores condições para realizar as eventuais renegociações e de manter o fluxo de concessão de crédito, baixando a necessidade de capital próprio para a alavancagem das operações. Isso possibilitará **aumentar a capacidade de concessão de crédito em torno de R\$ 637 bilhões**.

Para o combate direto à pandemia do coronavírus, o Ministério da Economia destinará o saldo do fundo do DPVAT para o Sistema Único de Saúde (são mais R\$ 4,5 bilhões), **reduzirá a zero as alíquotas de importação de produtos de uso médico-hospitalar**, além da desoneração temporária de IPI para bens produzidos internamente ou importados, que sejam necessários ao combate do Covid-19.

RESUMO DAS NOVAS MEDIDAS:

- Diferimento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses – impacto de R\$30 bilhões;
- Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses – estimativa de R\$ 22,2 bilhões;
- Crédito do PROGER / FAT para Micro e Pequenas Empresas – projeção de R\$ 5 bilhões;
- Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses – impacto de R\$2,2 bilhões;
- Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito;
- Facilitar o desembaraço de insumos e matérias-primas industriais importadas antes do desembarque.



“Nós precisamos também fazer o contra-ataque para atenuar os impactos econômicos. e os impactos podem ser sérios. Então o que estamos fazendo aí é um esforço inicial. Apesar de ser essa magnitude, ele é inicial. Para vocês verem, hoje de manhã, com essas medidas do CMN [Conselho Monetário Nacional], além dos R\$ 135 bilhões de recolhimento compulsório que entraram na economia na sexta-feira, até 600, quase R\$ 700 bilhões poderiam ser estendidos na economia, se a economia precisasse”, disse Guedes.

DÚVIDAS OU MAIORES INFORMAÇÕES, ENTRE EM CONTATO CONOSCO: WWW.PORTOCASTELHANO.COM.BR

